

**ACTA N.º 2 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 21 de Abril de 2006**

Aos vinte e um dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior.**
- 2. Expediente para conhecimento.**
- 3. Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos dispostos na alínea e), do n.º: 1, do artigo 53º, e n.º4, do artigo 68º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**
- 4. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2005- mapas de prestação de contas e relatório de gestão.**
- 5. Inspeção Ordinária/Sectorial realizada pela Inspeção-Geral da Administração do Território ao Município de Montalegre/ Relatório elaborado pela IGAT.**
- 6. Informação apresentada pelo membro da Assembleia Municipal Dr. Teixeira Gomes sobre “Como obter energia a partir de biomassa”.**
- 7. Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A/Relatório e contas relativos ao exercício económico de 2005.**
- 8. RESAT-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A/Relatório e Contas relativos ao exercício económico de 2005.**
- 9. Conselho Municipal de Educação/ Proposta.**

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 64 membros.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Carla Rodrigues, Teixeira Gomes, Duarte Calhelha, Luís Carril, Judite Freitas e Alexandre Antunes .

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Guilhermina Costa e António Dias.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Domingos Vasconcelos, António Ferreira, Acácio Gonçalves, António Leitão, Nuno Pereira, Ricardo Moura, Luís Carril, Francisco Surreira, Fernando Calvão, Teixeira Gomes e Paulo Barroso.

A deputada Guilhermina Costa pronunciou-se relativamente às denúncias apresentadas ao Ministério Público e esclareceu que estas não foram feitas por ela enquanto vereadora, mas enquanto presidente da Comissão Política do PSD.

Disse que nas eleições de 2001 o deputado Fecheira ganhou as eleições na Vila da Ponte e como o vereador Nuno não gostou aplicou uma coima contra o pai daquele e, como não ficou satisfeito aplicou mais uma multa que foi paga à Câmara Municipal de Montalegre pelo facto das vacas defecarem na rua pública e fez denúncias ao Ministério do Ambiente, mas o processo foi arquivado. Disse ainda que, ao contrário do que o deputado Nuno Pereira disse, ela não perseguiu a família dele, a única coisa que fez foi defender o deputado Fecheira dos ataques feitos por ele e que as denúncias feitas foram feitas em defesa do interesse público.

Disse que o Governo está a assaltar os cidadãos pois a Segurança Social está a notificar o contribuinte por dívidas que foram pagas pois há arredondamentos que são feitos para cima e não pode ser pois não se pode utilizar esta forma para obter receitas.

O deputado António Ferreira disse que recebeu a documentação para a reunião da Assembleia no dia 13.04.2006 e, como não cabia na caixa do correio, recebeu um aviso dos CTT, mas que não se percebia o que esse pretendia. Desta forma, solicitou à Assembleia e ao Presidente da Câmara que inquirissem o Sr. Carlos Gonçalves, responsável pela distribuição postal, para que fosse esclarecida a distribuição dos correios pois o atraso ou a não entrega deste está a prejudicar a vida dos cidadãos.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a dignidade da Assembleia está no facto de se trazer o que se passa lá fora e discutir todos os assuntos pois os deputados da Assembleia são como advogados do diabo.

Alertou o Presidente da Câmara pois o matadouro está, a céu aberto, a injectar tudo o que tem de pior para o rio Beça pois a ETAR não está a funcionar.

Disse que os 40 mil contos que se deram à Cooperativa e o protocolo feito não são correctos.

Disse que junto ao Minipreço encontrou uma fossa aberta a lançar directamente para o rio.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que a estrada do rio está a ficar danificada e deve-se corrigir este problema e que a estrada de Vila Nova a Ferral está igual, principalmente ao pé da ponte e convém que seja drenada.

Disse ainda que algumas viaturas da Câmara não estão caracterizadas com o logotipo da autarquia.

O deputado António Leitão deu os parabéns à Câmara Municipal pela colocação de semáforos em Meixedo e pediu que sejam colocados uns também na freguesia de Meixide e umas barreiras de protecção em duas curvas que considera perigosas.

O deputado Nuno Pereira disse que se houve alguma prova de desonestidade política foi verificada nesta Assembleia.

Disse que não foi ele que levantou o auto de contra ordenação, mas foi ele que aplicou a coima ao Sr. Fecheira, como aplicou a familiares seus e tantos outros. As regras são iguais para todos.

Falou das queixas e disse que foi na Assembleia que se provou a desonestidade política.

Disse que a razão pela qual a sua família fez queixa do Sr. Fecheira foi porque este mandava colocar cisternas de chorume atrás de casa da sua mãe, atentando contra a dignidade da sua família e disse ainda que grande parte dos problemas causados pelo Sr. Fecheira foram patrocinados pela Dra. Guilhermina Costa.

Pediu à deputada Guilhermina Costa que trouxesse para a Assembleia a sentença judicial que prova que houve perseguição política, pois nunca a viu e diz que não existe.

Assumiu que participou da deputada à Ordem dos Advogados por motivos de falta de ética e a Ordem censurou-a por escrito.

O deputado Luís Carril disse que as pessoas quando falam na Assembleia deviam ser mais comedidas e que os dias em que se realiza a reunião da Assembleia devem ser repensados uma vez que se fala tanto em produtividade.

Pediu se há a possibilidade de serem enviados os documentos a todos os membros da Assembleia, uma vez que todos trabalham e não têm tempo de se reunir para consultar a documentação de forma a discutirem pontos de interesse.

Falou sobre a estrada de Caniçó onde foi levantado paralelo no centro e recolocado, mas mal pois os carros raspam por baixo.

Disse que no Torrão da Veiga, no sítio em que está um banco desnivelado, continua a sair esgoto directo para o rio.

O deputado Ricardo Moura disse que pela primeira vez viu os três jornais do concelho falar com unanimidade no evento realizado em Paris. Só constatando é que se percebe o que é estar emigrado e o Presidente da Câmara foi aclamado por milhares de pessoas. Deu os parabéns aos funcionários da autarquia pelo trabalho feito pois os visitantes pensavam que os castelos eram mesmo verdadeiros. Disse que está ali uma segunda feira do fumeiro e é com este tipo de iniciativas que se pode melhorar a qualidade de vida dos Barrosões. Há que unir forças.

O deputado Francisco Surreira disse que uma vez que foram colocados semáforos em Meixedo também se podiam pôr na avenida pois já se deram bastantes acidentes com as crianças da escola.

Disse que o tanque de água que está no Reigoso está constantemente com a água a correr e conseqüentemente a poluir os lameiros circundantes pois as senhoras lavam a roupa com detergentes.

Alertou que o caixote de lixo que está perto de casa da Dra. Rosinha está mal localizado uma vez que se encontra mesmo em cima da curva e prejudica o trânsito.

Sobre a distribuição do correio, disse que realmente está mal e prova disso é o atraso da entrega dos impressos para pagamento do IMI.

O deputado Teixeira Gomes solicitou à Mesa da Assembleia para ser notificado para as reuniões com duas semanas de antecedência pois a sua profissão requer algum planeamento.

Pedi esclarecimentos sobre o protocolo feito entre a Câmara e a Cooperativa e disse que, como a Cooperativa não é muito clara na sua gestão, a Câmara não se devia envolver pois sabe que foram entregues subsídios a agricultores que nem vacas têm.

Disse que é uma vergonha que a Cooperativa tenha acabado com o negócio da batata. Os produtores de batata não vendem a batata à Cooperativa pois só recebem o dinheiro um ano depois.

Falou que as obras das Águas de Trás-os-Montes estão a ser infernais e que a Câmara devia pressionar a empresa pois já se torna uma situação insustentável.

Perguntou se há algum plano de reflorestação das áreas ardidas.

Disse que há oito anos alertou a Assembleia para a necessidade de colocação de umas lombas na avenida mas o Presidente da Câmara respondeu que ia colocar semáforos. Até hoje nem uma coisa nem outra foram feitas.

Disse que é preciso saber o que se passa com a chaminé da pedreira dos Pisões pois a poluição é notável.

O deputado Fernando Calvão prescindiu do uso da palavra.

O deputado Paulo Barroso disse que a barragem de Tourém não tem controlo de abertura e fecho no tempo de pesca e disse que a altura conveniente é de Abril a Setembro.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu a todos os interpelantes começando por dizer que a deputada Guilhermina Costa é especialista em quezílias e a sua obsessão em criticar é tão grande que diz uma coisa e faz outra. Disse ainda que as denúncias feitas por ela são sui generis e faz com que a Câmara também o seja pois passamos a ser uma autarquia onde os próprios vereadores denunciam a Câmara. É um município único onde aparecem denúncias contra a Câmara em nome de Fernando Rodrigues, um Município único onde aparecem queixas em papel timbrado da presidência para a Direcção Geral de Finanças, acusando amigos e toda a gente.

Disse que perante isto, se pode concluir, que há gente especialmente vocacionada para a crítica e para a denúncia encoberta.

Disse que as denúncias se devem fazer e que são saudáveis mas devem ser feitas frontalmente, pois roubar e utilizar o papel da presidência para fazer denúncias é o que há de pior, é terrorismo político.

Sobre o caso do Dr. Nuno Pereira, disse que este cumpriu o seu dever como vereador e apenas deu cumprimento a um auto levantado pela GNR.

Sobre o assalto do governo aos cidadãos, disse que é mais uma confusão da Dra. Guilhermina Costa pois esta confunde o que é a luta contra a fraude fiscal com a fuga ao fisco dos trabalhadores liberais, nomeadamente dos médicos e dos advogados. E disse que ao governo ainda se devia exigir, e ainda se devia exigir um assalto maior para que o país seja mais solidário e mais justo pois um país justo não é um país que faz ricos à custa dos pobres, de cada vez mais pobres.

Sobre os CTT, disse que a Câmara vai fazer o seu protesto mas pensa que a insatisfação das pessoas deve ser manifestada individualmente e no local.

Sobre a documentação da Assembleia, disse que vai ter que continuar a ser entregue por carta registada pois é a lei que assim o impõe.

Disse que o deputado Acácio Gonçalves parece um zelador do Matadouro e que quando o Matadouro não cumpre sujeita-se às multas pois este tem regras a cumprir e fiscalizações, como têm os privados, e se tem falhas sujeita-se às consequências. Mas o funcionamento nessa área, que é difícil, tem estado globalmente dentro das normas.

Disse que a Câmara fez o protocolo com a Cooperativa, mas pensava que esse assunto era consensual pois a Câmara ainda deu menos dinheiro do que aquilo que o PSD e a coligação prometeram na campanha eleitoral. O protocolo estabelece obrigações da Câmara e é um apoio ao desenvolvimento rural e aos agricultores. Não é um apoio à Cooperativa, nem às finanças da Cooperativa. É um apoio à sanidade animal e paga-se à Cooperativa porque esta detém a Associação de Defesa Sanitária que é o organismo criado obrigatoriamente pelo Governo. Uma parte desse serviço obrigatório é financiada pelo Estado e a outra parte é financiada pelo agricultor e é esta parte, a do agricultor, que a Câmara está a pagar.

Disse que é preciso respeitar as instituições e que é essa a base da democracia e por isso a Cooperativa merece-lhe esse respeito como todas as outras instituições.

Sobre a fossa do prédio do Cinzas, disse que chamou o encarregado e este transmitiu que há uma bombagem do prédio e que esta bomba avariou, mas que a situação está resolvida. Deu ordem para que, pelo menos, todas as semanas fosse fiscalizado o sistema de bombagem para que se tenha a garantia de que o acidente não se prolonga por vários dias.

Disse que o deputado Domingos Vasconcelos falou dos arranjos necessários na estrada do rio, mas completou que há mais estradas que precisam de intervenção, mas vão ser arrançadas em devido tempo e dependendo das capacidades financeiras. Sobre a colocação de lombas, disse que tem de haver um grande equilíbrio pois, se se colocam, depois vêm reclamar porque não as querem. Há que ter responsabilidade e sentido cívico dos condutores e dos próprios peões.

Disse que na actual estrada de Meixide não se vão colocar protecções metálicas porque se está a fazer um projecto novo.

Disse que a reposição das valas na estrada de Caniçó e Reboreda é um serviço difícil e que nunca fica bem feito, mas, se está mal, vai-se tentar corrigir.

Concordou com o deputado Ricardo Moura e disse que foi uma jornada bonita que se viveu em Paris e realmente deu-se o contributo para elevar o orgulho barrosão. Os emigrantes também são barrosões e deviam merecer uma grande consideração dos autarcas.

Sobre os semáforos de Meixedo, disse que é uma solução equilibrada para resolver um problema, mas que não se vão colocar semáforos em todo o lado e apelou ao sentido cívico para que se pare nas passadeiras.

Disse que a água dos tanques está fechada e quem quer águas nos lameiros é que a abre pois a água só vai para os lameiros se a desviarem para aí.

Relembrou novamente a necessidade de actualização das moradas para que os CTT funcionem melhor pois dentro de poucas semanas irão ser colocados todos os números de polícia em todas as ruas e pediu para que os Presidentes da Junta façam o mesmo.

Sobre a pesca, disse que não é fácil gerir o assunto das pescas, pois ele próprio pensava que era fácil pegar em 20 mil contos e pôr trutas para resolver o assunto. Chamou-se um técnico e este disse que não podia ser assim. Quando a natureza é mal tratada reage mal. Introduziram a carpa na barragem dos Pisões e agora há um desequilíbrio ecológico e repô-lo vai ser quase impossível. Nos rios, para além da poluição, há diminuição dos caudais.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa, Domingos Vasconcelos, Luís Carril, Francisco Surreira, Nuno Pereira, Teixeira Gomes e Paulo Cruz.

A deputada Guilhermina Costa disse que era preciso ter calma nas interpretações dos intervenientes na Assembleia e disse que o deputado Nuno Pereira não deixava de ter responsabilidades como vereador quando aplicou coimas nos licenciamentos e contra-ordenações. Relembrou o direito de igualdade e que vivemos num concelho rural e os maus cheiros do chorume são uma constante.

Agradeceu ao deputado Teixeira Gomes pela coragem que teve em abordar o tema da Cooperativa pois este é um tema tabu e disse que o protocolo com a Cooperativa podia ter sido evitado e que a autarquia podia intervir directamente junto dos agricultores.

O deputado Domingos Vasconcelos falou da caracterização dos veículos da autarquia e como o Presidente da Câmara não falou nelas é porque não gostou. Disse ainda que tem receio que o PS vá penalizar o deputado Teixeira Gomes pois este diz coisas que, de certo, não agradam à sua bancada.

O deputado Luís Carril pediu que se enviassem os documentos da Assembleia mais cedo pois não há muito tempo para os consultar.

Disse que o problema da estrada de Caniçó não são os rasgos que são feitos, mas sim o centro da via pois os carros pegam por baixo.

Disse que a Assembleia deve ter alguma tutela sobre algumas instituições pois é o dinheiro público que está em jogo.

O deputado Francisco Surreira referiu que o Presidente da Câmara disse que a água vai para o rego, mas não vai e convidou-o a ir lá ver.

O deputado Nuno Pereira deu a ideia que fossem colocados os documentos da Assembleia na página da Internet.

Disse que além de ser camarada, amigo e simpático, é principalmente justo e trata todos de igual forma.

O deputado Teixeira Gomes disse que tem havido muitas dúvidas sobre o seu papel nesta Assembleia e para apagar definitivamente essas dúvidas, solicitou publicamente a adesão ao PS e gostava que fossem seus padrinhos o Presidente da Câmara e o Dr. Pires.

Disse que o seu papel como membro desta Assembleia é utilizar a sua inteligência ao serviço do povo de Barroso e não é para passar a mão pelo pêlo a ninguém. Há muitos anos que anda a dizer que a diferença fundamental entre PSD e PS em Barroso limita-se à diferença dos empreiteiros de obras, por isso não reconhece nenhuma legitimidade ao PSD para falar das relações entre a Câmara e outras Associações pois em tempos idos o PSD fez bem pior.

Disse que o Presidente não está a ir pelo bom caminho pois não é a insinuar que o deputado Teixeira Gomes está a fugir às regras da democracia que faz funcionar bem as instituições democráticas deste concelho. Disse que não violou nenhuma regra da democracia, apenas levantou o seu justo direito e obrigação de colocar dúvidas sobre a relação política entre a Câmara e a Cooperativa.

Disse que as instituições sociais medem-se por quanto produzem de riqueza ou não. Disse que a Feira do Fumeiro é um êxito e saudou todos os executivos que a fizeram e a transformaram num êxito porque há 50 anos atrás a maior parte dos produtores viviam da batata e hoje não. Isto quer dizer que a Cooperativa deixou morrer o negócio da batata e só a cooperativa tem essa responsabilidade.

Por este motivo, e por outros que saem na comunicação social, tem que ser posto em causa o acordo entre a direcção desta instituição, e aquela que respeita, com a qual é politicamente solidário, que é a Câmara. Alerta para que o assunto seja repensado.

O deputado Paulo Cruz disse que o estado das barragens deve-se à Direcção Geral das Florestas porque eles dizem que neste tipo de embalses os únicos tipos de espécies que lá devem estar devem ser as carpas, as lucipercas e as achegãs. As trutas Arco Íris que existiam na barragem dos Pisões, eram as que fugiam do viveiro.

Disse que a pesca está aberta todo o ano pelo facto da classificação da barragem ser siprinídia pois se fosse almonídea só podia abrir de Abril a Setembro, como a de Sezelhe.

A barragem de Tourém, como é água internacional, é siprinídia, embora haja uma portaria que no lado português, só se pode pescar de Abril a Setembro.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu aos mesmos, começando por dizer que foram compradas várias viaturas e vão-se comprar mais pois poupa-se em reparações, mas os únicos que não têm chapa de identificação são os da presidência e vereação e alguns novos, mas vão ter.

Disse que quando convidou o Teixeira Gomes ele já o conhecia e respeita-o muito e cada um pensa por si e tem o dever de expor a sua discordância. Aqui cada um é livre e pensa pela sua cabeça.

Falou sobre o plano de ordenamento da albufeira que não é urgente pois não há nenhum investimento e se houver necessidade de investimento há outros mecanismos de alteração do PDM para viabilizar esses investimentos.

Sobre a consulta dos documentos da Assembleia na Internet, disse que é um assunto a ser pensado.

Sobre as críticas à Cooperativa disse que as pessoas misturam as coisas, a Cooperativa e a Caixa de Crédito Agrícola e que os órgãos eleitos merecem respeito . Disse que o Eng.º Justo tem defeitos e tem virtudes como todos, mas há pessoas que criticam por razões pessoais. Disse que a Cooperativa não é um êxito e técnico-financeiramente todas elas estão falidas, mas não a culpada e complexa. Tem a ver com as políticas e com os tempos. Os tempos são outros, a iniciativa privada é outra e as Cooperativas também tem de ser diferentes. Sobre o desenvolvimento disse que há responsabilidades dos barrosões que devem ser debatidas e dia 26/04/2006 vai haver uma reunião para ser esclarecido onde foi gasto o dinheiro e para tentar alterar a mentalidade cultural.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior**

A acta da sessão ordinária do dia vinte e sete de Fevereiro de 2006 foi posta à consideração, tendo os deputados Jorge Fernandes e Nuno Pereira feito alguns reparos.

O deputado Jorge Fernandes disse que na página nº5 da acta quando se fala que os correios nunca funcionaram em Cervos, Vilarinho de Arcos, Barracão e Arcos, o que deveria constar é que apenas em Vilarinho de Arcos não funcionam pois nas outras aldeias sempre funcionaram bem.

O deputado Nuno Pereira entregou a seguinte correcção: “O expresso na acta relativo às questões da educação peca por simplismo. Referi na altura que ponderação das questões da educação não podem ser misturadas com questões laterais e relativas a questiúnculas de natureza político-partidária. Cria-se na população a impressão de que todos percebem deste assunto e, no fim, o resultado da avaliação e as respectivas propostas perdem-se em lugares comuns que nada mais fazem que legitimar e perpetuar um estado de anomia educativa com os resultados que se conhecem. A preocupação é meramente instrumental e não releva de uma preocupação autêntica. Quis na altura realçar e deixar a opinião de que não eram os diagnósticos que se prestavam que podiam alterar este estado de coisas, mas a convicção, que mantenho, de que o futuro do jovens passa pela qualidade da educação e que esta se obtém não tanto pela grandiosidade das obras que se exigem, mas acima de tudo pela qualidade das interacções que se criam nos ambientes educativos e dos recursos que se disponibilizam para esse fim. Os modelos e processos anquilosados que se usam ainda são incompatíveis com as competências adequadas aos processo de produção que hoje se utilizam na vida económica, são obsoletos face aos processos de comunicação e partilha de informação e são inconsequentes face às exigências da vida moderna e da racionalidade prática que se exige para que os jovens se adaptem a um mercado de trabalho em perpétua mudança. E há que começar pelo ensino básico, criando as condições para que as crianças de agora se encontrem apetrechadas não só com os saberes fundamentais à aquisição de novas competências, mas fundamentalmente com processos de trabalho produtivos e com relações sociais que valorizem a partilha de informação e o trabalho de equipa ou

colectivo na produção de novos saberes e aplicação do detido a novas situações.

Nestê aspecto, manda a justiça que o diga, o município de Montalegre tem sido pioneiro e, quiçá, vanguardista na implementação das condições estratégicas para a realização de um ensino de qualidade naquilo que a si mesmo se exige. No segundo aspecto me parece que a acta falhou por completo aquilo que aqui se disse.

Numa reunião da Assembleia Municipal de Montalegre, penso que a de 29 de Abril de 2005, fiz um intervenção na qual repudiava certas afirmações contra mim proferidas pelo Dr. Calvão, as quais me acusavam de uma deficiente orientação política na gestão da área de intervenção que me fora delegada. Recordo que me acusava na época, se a memória não me trai, de atitudes persecutórias e de atentados aos direitos dos cidadãos.

Na altura recordei a alguns e comuniquei à maioria dos presentes uma série de iniciativas que aconteciam com o sublime patrocínio do PSD de Montalegre e, em face da debilidade dos factos apontados, da contradição dos argumentos e da completa falta de ética da atitude revelada, concluí tratar-se de um objecto ataque «ad hominem». Afirmava na altura, claramente e sem reboço, que a postura do PSD em face da minha pessoa era «pautada por uma completa desorientação raiando a desonestidade política». Exemplo disso era a queixa que o PSD de Montalegre apresentara no Tribunal Administrativo e perante a qual, por ainda não ser dado por findo o respectivo inquérito, nada diria na altura.

Depois, já com a decisão do Ministério Público na mão, vim aqui para encerrar o caso.

Contudo o que se passou não está correctamente descrito. Falta aquilo que atrás expus e a rectificação de que o arquivamento não resultou das anomalias da denúncia.

O que consta da douda decisão do magistrado da Procuradoria da República do Círculo Judicial de Chaves referente ao Processo 63/03.7TAMTR é que na apresentação da queixa «ocorre a situação anómala de a queixa ser apresentada contra uma Câmara Municipal *por um dos Vereadores que a integram*».

Refere ainda que, a folha 2 do despacho de arquivamento, «que a queixa contra a Câmara Municipal apenas menciona expressamente o nome de um dos seus Vereadores, o Dr. Nuno Alves Pereira»

Os fundamentos do arquivamento, Exma Mesa, senhores deputados, são bem outros.

A folha 11 do referido despacho refere-se:

«Perante os factos indicados nos autos, não pode concluir-se que os vereadores da Câmara Municipal de Montalegre visados na denúncia tenham actuado de forma ilegal nos casos em apreço, não existindo fundamento bastante para o alegado pela queixosa» -- A Comissão Política do PSD de Montalegre pela mão da Dra. Guilhermina Costa;

«Os arguidos Fernando José Gomes Rodrigues e Nuno Alves Pereira esclareceram de forma coerente e fundamentada os motivos da actuação da Câmara Municipal nos casos referidos»

«Indo os indícios recolhidos nos autos no sentido de que têm sido usados os meios ao dispor da Autarquia para reagir perante as violações da legalidade de que têm conhecimento, directo ou indirecto, designadamente em relação às obras expressamente referidas pela denunciante».

«Pelo exposto, não se vê que os arguidos tenham cometido qualquer ilícito criminal»

São estas as razões que invoquei e que peço que constem em acta para o arquivamento do processo e para o indeferimento da pretensão da CPCPSD pela mão da Dra. Guilhermina Costa. Porque as anomalias, se alguém as encontrou, foram apenas, na minha opinião, na vontade e nas intenções da denunciante que, além do mais, tudo fez para infernizar não só a minha vida, mas a minha família, submetendo-a a uma corrente persecutória de natureza partidária abjecta, injusta e cobarde.

Ainda hoje aguardo pela concretização das insinuações do Dr. Calvão que um ano volvido sobre as torpes acusações que fez não foi capaz de uma de duas coisas: apontar os factos que diz que conhece e o levaram a dizer o que disse ou, o que é igualmente digno, não a pedir desculpas públicas, que as não quero, mas apenas a dizer que errou!

Na página 9 aquilo que aí está expresso não tem qualquer sentido. Se quanto à questão da educação foi reafirmada consonância com medidas que visam garantir condições de sucesso educativo, quanto à questão da água de modo nenhum poderia ter dito o que disse. O que se referiu – e na altura lembrei o caso de Chaves onde, no dizer do seu presidente as perdas do sistema andavam à volta dos 50% -- foi a necessidade de repensar a questão dos sistemas de abastecimento de água na lógica da concessão «em alta» às Aguas de Trás-os-Montes», na medida em que as perdas poderiam onerar os custos da concessão e ter que, por isso, haverem que ser tomadas medidas impopulares para imputar os custos dessas perdas aos consumidores. Referi de facto que os sistemas em média perdiam 19%. Mas não posso dizer que isso é bom. É assim e isso custa muito dinheiro e quanto maiores as perdas maiores os custos e o desperdício de água é dinheiro!

**Deliberação:** Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com seis abstenções.

## **2. Expediente para conhecimento**

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **3. Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos dispostos na alínea e), do artigo 53º, e nº4, do artigo 68º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório da actividade e situação financeira da autarquia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, João Soares, Luís Carril e Joaquim Pires.

A deputada Guilhermina Costa disse que o Presidente da Câmara é um homem mau pois teve a coragem de trazer aqui assuntos pessoais dela, como é a questão da Caixa Agrícola.

Disse ainda que a situação financeira é o que é, com diminuição das receitas e aumento das dívidas.

O deputado João Soares disse que a ponte da Borralha está feita, mas ainda não está concluída e que foi escavada uma barreira e parte do entulho foi devastado, mas ainda tem que ser mais um pouco.

O deputado Luís Carril disse que, em relação à ponte da Borralha, alerta para a questão da passagem dos peões.

Disse que as obras assinaladas parecem-lhe poucas para  $\frac{1}{4}$  do ano. Falou sobre a dívida e perguntou se as obras do AGRIS não deveria já ter terminado, se o prazo foi prolongado e se a Câmara vai ser penalizada, caso tenha terminado o prazo.

O deputado Joaquim Pires falou sobre a EN 103 e disse que a empresa tem muitas culpas pois há obstáculos em zonas de curvas sem visibilidade nenhuma e sem sinais luminosos e, para além disso, faz a reabertura de valas por razões que não se percebem. A obra está a andar de forma desordenada e com pouca segurança.

Disse que achava que toda a gente tem o direito e o dever de falar das instituições pois trata-se da definição de estratégias para o concelho.

O Senhor Presidente respondeu e disse que foi acusado de trazer questões pessoais, mas quem anda na política está sujeito ao escrutínio do povo. Tem que haver limpeza e ética.

Disse que a estrada da Borralha demorou muito, mas o período de execução da obra é no verão e o verão é curto, mas o que se deve elogiar é a obra pois está feita. Ganharam-se dívidas mas também se ganharam obras e não se arrepende de acelerar o bem estar e o desenvolvimento.

Sobre a dívida a duas empresas, disse que vai ser paga mas não asfixia a Câmara pois ainda há muito dinheiro a receber do Interreg, da variante e das estradas do Parque.

Sobre o Agris disse que as obras estão feitas, o dinheiro foi pedido, mas ainda não se recebeu.

A Assembleia tomou conhecimento.

#### **4. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2005-mapas de prestação de contas e relatório de gestão.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Acácio Gonçalves, António Ferreira, Nuno Pereira, Luís Carril, Paulo Pires e Paulo Cruz.

A deputada Guilhermina Costa disse que, num ano, ter 19 milhões de euros é muito bom, mas pensar nestes valores preocupa-a e discorda da forma de aplicação pois de outra forma eram colmatadas outras necessidades.

Disse que no Parque de Exposições foram gastos mais de 3 milhões de euros e perguntou quanto este equipamento vai rentabilizar para a Câmara.

Lembrou ao Presidente da Câmara que no tempo em que os alunos vinham a pé ou de burro, os governantes não andavam de BMW, não havia aquecimento central e se o dinheiro é gasto no equipamento das piscinas é bem gasto pois os nossos filhos podem utilizar o espaço.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o documento apresentado é um arranjo de contas. Disse que o gasto em combustíveis é enorme e gostava que o esclarecessem quanto é que foi gasto nas pavimentações das entradas de várias vacarias.

Disse que estamos perante um orçamento de 20 milhões de euros, mas só 60% foi executado. A contabilidade de custos devia ser implementada.

Disse que convinha que o Presidente da Câmara se virasse mais para o social e deixasse o betão, pois o concelho está cheio de idosos e ninguém faz nada. Só para as Juntas de Freguesia foram transferidos vários milhares de euros e ninguém esclarece onde foram gastos.

Disse que a parte social é muito importante nesta conta de gerência, a qual não espelha a realidade, mas para este assunto pouco sai, pois o Presidente diz que dá aos que mais precisam mas condicionado à informação que os outros lhe dão.

O deputado António Ferreira disse que, ao contrário do que o PSD queria, o Presidente da Câmara continua a ser um bom homem e as eleições assim o confirmaram.

Disse ainda que esperava que da bancada do PSD fossem apresentadas propostas e falassem apenas das contas do exercício do executivo.

Disse que esperava que o Presidente da Câmara continuasse no poder por muitos anos e desta forma vota a favor.

O deputado Nuno Pereira disse que a conta de gerência respeita os parâmetros legais pois os técnicos são qualificados para o fazer.

Disse que partilha da análise que o deputado Acácio Gonçalves fez e pensa que a contabilidade de custos deve ser implementada, só não concorda com as conclusões feitas pelo mesmo. A contabilidade de custos iria permitir fazer uma leitura correcta dos gastos através da sua correcta afectação às despesas efectivamente prestadas.

Disse que o relatório de contas devia ser personalizado e que devia ter o logotipo do Município de Montalegre para quando seja lido se perceba que é da Câmara de Montalegre que se está a falar.

Disse que toda a apreciação que seja feita sobre este documento é de natureza política e não de natureza técnica e julga que as críticas que foram feitas são críticas de pormenor e sem substância.

O deputado Luís Carril disse que é fundamental que os autocarros estejam afectos à educação e talvez por isso não haja a leitura correcta.

Solicitou esclarecimentos sobre a página 2. Nas receitas de capital, está um valor com execução muito baixo, o que indica que estaria prevista uma venda que não chegou a acontecer e perguntou que acontecimento foi esse.

Disse que é bom ouvir que as receitas correntes superaram as despesas correntes, o que transmite uma boa saúde, mas isso tem a ver com receitas extraordinárias e com o excelente ano de receitas de fundos comunitários, e com base nisto, pergunta-se que se correu bem a estes níveis, como é que o endividamento, a curto prazo, pesa 50% dessa mesma dívida.

Perguntou se havia a intenção de transferir alguma dívida de curto prazo para médio longo prazo, pois se assim for está-se a hipotecar o futuro.

Disse que se exige algum bom senso dada a conjuntura que o país vive.

Em relação à evolução, há do ano 2004 para 2005 um diferencial muito grande que não se sabe do que se trata.

Em relação aos custos de manutenção, disse que é uma questão que nos deve preocupar muito e o PSD tem alertado para investimentos não imediatos e a manutenção tem que ser levada em conta e daí o alerta em relação ao Multiusos. Enquadrado nisto, perguntou ao Presidente da Câmara se a Câmara planificou ou não as actividades que vão decorrer no multisusos.

O deputado Paulo Pires disse que este é o momento mais importante e fulcral do ano na sede do poder democrático.

Disse que se limitava a fazer uma análise económico- social e a avaliar três tipos de indicadores: a evolução de 2004-2005; as despesas absolutas do ano 2005 e as taxas de execução das diferentes funções da Câmara.

Em relação ao 1º ponto, disse que verificou um resultado líquido em exercício que passa de menos de 2.3 milhões e agora são menos 4.4 milhões, ou seja, há uma diminuição negativa de 91%.

Disse que a Câmara não tem que funcionar como uma empresa privada e tem um resultado negativo do exercício que mostra que piorou em termos de execução. E isto não é mais do que um resultado fidedigno do panorama nacional.

Em relação aos empréstimos a médio/longo prazo, passamos de 6.1 milhões para 7.4 milhões. Os empréstimos a curto prazo passam de 3.4 milhões para 7.1 milhões, ou seja, mais 109% de dívida a curto prazo, o que é muito para um ano só.

Disse que o passivo passa de para 11.3 milhões de euros para 21.7 milhões em 2005, ou seja, um aumento de 67%.

Disse que se verifica ainda um endividamento financeiro que passa de 9.3 para 13.7 milhões, por isso um aumento de 47%. Isto só traduz a dívida acumulada ao longo dos anos e para pagar esta dívida a Câmara tinha que parar durante 8 meses, parando os carros, pondo os funcionários em casa sem receber e a trabalhar apenas 1/3 do ano.

Pensa que isto é bastante problemático embora o executivo mostre à vontade para lidar com as dívidas. Antigamente as pessoas que não deviam nada a ninguém eram as pessoas consideradas na sociedade, mas a evolução vai no sentido contrário.

Disse ainda que a utilidade das obras assinaladas é muito duvidosa de que é exemplo a central de camionagem.

Em relação ao absoluto das despesas de 2005, em estradas e arruamentos gastam 6 milhões de euros, em instalações desportivas e recreativas gastam 5.7 milhões e isto só demonstra que as obras são faraónicas e em

contrapartida as transferências para tudo o que é sociedade civil é de apenas 0.6 milhões.

Só a variante do rolo, que tem uma taxa baixa de utilizadores diários, leva tanto dinheiro como levam as freguesias todas dos concelho.

Sobre leasing de viaturas, disse que há uma despesa de 0.4 milhões, isto é, paga-se tanto de leasing como se dá dinheiro às freguesias.

Perguntou quais são os critérios para a compra de viaturas, quantas viaturas existem e quais são os critérios para a distribuição do dinheiro às Juntas de Freguesia.

Sobre os encargos assumidos e não pagos, temos 5.7 milhões de euros, o que é muito dinheiro e isso traduz a dívida de três, seis e nove meses aos pequenos fornecedores locais.

Analisando todas as rubricas, verifica-se que as prioridades faraónicas não servem para nada.

Em relação à revisão do PDM, foi realizado apenas 30% e isso limita a fixação da juventude que pretende construir casa.

Disse que os impostos directos, indirectos, as taxas e multas aumentaram 92% e isto é o povo que tem contribuído para o desenvolvimento das actividades da Câmara, e por estes motivos, disse que a execução da Câmara fica muito aquém das expectativas.

O deputado Paulo Cruz disse que ainda bem que houve eleições há pouco tempo porque quem assistisse hoje à Assembleia dizia que o Presidente perdia as eleições.

Disse que de facto as dívidas aumentaram, mas é porque o concelho precisou, tendo os barrosões melhor qualidade de vida e por isso o orçamento deve ser aprovado e disse ainda que é pena que a oposição não tenha que apresentar orçamentos.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu a todos os interpelantes, começando por dizer que deve haver humildade democrática, também para a oposição. As eleições foram no mês de Outubro e, para alguns, parece que nada se passou. Até querem fazer crer que ganhavam os que perderam e perderam os que ganharam. Disse que quem teve 5 mil votos tem legitimidade para governar a autarquia. E criticou aqueles que, sem sentido democrático pediam 800 votos para mandar na Câmara. Isto é, quem tivesse 800 votos “mandava” na Câmara (termo utilizado por um partido) e quem teve 5.000 não é respeitado. Para esses senhores os votos são bons os que caem no seu partido. Haja mais respeito! Falam como se não houvessem eleições!

Concordou com a deputada Guilhermina Costa quando diz que os fundos comunitários vão terminar e como tal foram aproveitados os dinheiros para o Multiusos pois se não fossem para aí não vinham para mais nada.

Disse que se faz demagogia quando se contesta tudo, mas perdem a razão quando se vão ver os votos.

Disse que não precisa de lições de moral de ninguém, pois quem criou o ensino pré-primário, quem deu 8 euros a cada aluno, quem fez as escolas, quem expandiu os transportes escolares, quem pôs o inglês nas escolas e a informática foi esta Câmara.

Relativamente às piscinas disse que a obra é o que é e que esta infra-estrutura tem muitos gastos em todo o lado.

Em relação às questões sociais, disse que a Câmara dá dinheiro para instituições de solidariedade social e quem ajudou a criar estas mesmas associações foi a Câmara. E o leque de investimento no social é muito extenso. Assume a responsabilidade da gestão porque não vai haver nos próximos 100 anos um Presidente da Câmara que vá fazer tanta obra como ele fez e isso deve-se ao seu trabalho, é certo, e ao bom aproveitamento dos Fundos Comunitários. Quando se diz que a variante é faraónica, o que se diria dos pedidos que foram feitos pela Probarroso e pela Trote Gerês.

Disse que o que o preocupa é o esbanjamento de dinheiro e limitar as despesas correntes. Disse que os combustíveis estão nas despesas correntes, mas não é só do BMW, são também de carros de carga, das máquinas, dos autocarros, da piscina, das feiras e exposições, da brigada da oficina mecânica, da brigada de emergência e protecção civil e de outras mais que são necessárias e imprescindíveis.

Disse que o custo das obras é grande, mas a realização da obra por administração directa é superior à realização financeira, pois deve haver incorporação dos combustíveis, máquinas e pessoal da Câmara

Reconheceu que é transferido pouco dinheiro para as Juntas, mas grande que parte das obras são feitas pela Câmara e disse que o apoio social merece mais atenção de todos, mas foi o Governo de direita que cancelou todos os apoios.

Sobre os terrenos da zona industrial, disse que se houver um investidor que queira investir aqui, o terreno é pago conforme o número de postos de trabalho criados. Até pode ser oferecido.

Existem receitas excepcionais nas taxas de IMI, mas isso não vai acontecer sempre, vai-se continuar a investir no betão e Deus queira que continuem a vir fundos comunitários.

Falou no aumento de 2% nas despesas de capital, mas isso traduz-se no aumento das obras.

Em relação aos custos de manutenção do Multiusos disse que se o edifício estiver fechado não tem custos de manutenção, mas vai haver muitas actividades e cabe-nos a nós inventar, a todos, e à sociedade civil, inventar mais. O pavilhão desportivo vai ter já este ano animação desportiva. É uma obra sóbria de 45 metros, balneários e houve financiamento do POD, mas o lirismo de quem não gosta do povo é notável. Não querem esta obra, não querem que o povo tenha desporto.

Disse que 2/3 das Câmaras do país não têm acesso ao crédito, mas a nossa continua a tê-lo. E porque não está mal.

Disse que a central de camionagem é necessária. Não é grande, mas diga-se que até se pretendia menos, mas o governo pagou 90% e exigiu aquelas condições.

Disse que o que distingue o deputado Paulo Pires é que ele não gosta do mundo rural e não gostava que o Presidente da Câmara tivesse dinheiro dos fundos comunitários para modernizar o concelho.

Disse ainda que o PDM não vai resolver os problemas todos, pois exige-se ordenamento que respeite a cultura para que não haja descaracterização do concelho.

Disse que é adepto do rigor e da exigência para que se tenha cuidado com os bens do concelho.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa e Luís Carril.

A deputada Guilhermina Costa perguntou se o Presidente da Câmara sabe quanto vai gastar na manutenção da pista e do Multiusos e disse que não sabia quais eram os lucros que as provas automóveis trazem a Montalegre.

Relativamente à dívida, disse que é preocupante que tenha crescido 4 milhões de euros em apenas um ano, tendo em conta que as receitas oriundas de fundos comunitários vão terminar.

Acusou o Presidente da Câmara de mau gestor e disse que um dia ele vai ser chamado à atenção, mesmo que não seja então Presidente.

O deputado Luís Carril disse que, se se fala em entregar o abastecimento de água a uma empresa privada, temos que ter noção que vamos ter aumentos drásticos e alertou para que se garantam agora as condições do contrato, senão, mais tarde, acontece como foi o caso da EDP e disse ainda que a fiscalização dos contadores devia aumentar.

O Senhor Presidente respondeu e disse que não se devia fazer demagogia e não misturar o Pacto do Alto Tâmega, o Projecto do Desporto e o Programa do Ambiente. Mas para que toda a gente saiba, o Parque de Exposições não teve financiamento do POA e, ou havia financiamento para as Portas do PNPG ou não havia financiamento para coisa nenhuma.

Disse que o Plano Operacional do Desporto financiou 75% e que o Pacto do Alto Tâmega é um programa excepcional para a dinamização da actividade económica e que teve um programa específico negociado para o Alto Tâmega e só para apoio à actividade económica.

Disse que todos têm obrigação de saber que às vezes as nossas prioridades nem sempre têm aceitação dos fundos comunitários.

Disse ainda que a demagogia é ainda maior quando se fala da estrada de Chaves pois estar planeada é uma coisa e ter dinheiro para a fazer é outra.

**Deliberação:** aprovado por maioria com 14 abstenções.

##### **5. Inspeção Ordinária/Sectorial realizada pela Inspeção-Geral da Administração do Território ao Município de Montalegre/ Relatório elaborado pela IGAT.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, António Ferreira, Acácio Gonçalves, Nuno Pereira e Paulo Pires.

A deputada Guilhermina Costa congratulou-se por a Câmara Municipal durante o período de inspecção, ter feito as correcções ás irregularidades que estavam a ser cometidas e, pelo menos, para isto a inspecção serviu.

Relativamente à participação feita por um Sr. Fernando Rodrigues, disse que só pode ser uma coincidência ou uma brincadeira. Parece uma operação de limpeza dentro da própria Câmara. Todos sabem que existem inúmeras obras sem licenciamento e que ela não batalha contra as obras particulares sem licenciamento, o que a preocupa é as licenças dos loteamentos e dos prédios que afectam terceiros.

Disse que era curioso que na participação de Fernando Rodrigues sejam apontadas 3 obras, 2 delas licenciadas e uma de um muro que não existe, mas mais curioso é quando se ouve gente de Salto e dizem que o muro está lá. Relativamente às cartas anónimas que o Presidente da Câmara referiu, só lembrou que foi ao Presidente que um antigo apoiante, em período de campanha eleitoral, o acusou de ser o autor de cartas anónimas.

O deputado António Ferreira disse que sobre os alvarás de loteamento, de que foi denunciante a Comissão Política do PSD, o relatório da IGAT diz: “o tribunal de Montalegre arquivou os autos por não se ter verificado a prática de qualquer crime”.

Sobre as obras particulares, o relatório diz “do ponto de vista organizacional os processos satisfazem plenamente sendo de salientar a qualidade das diversas informações técnicas que sobre os mesmos recaem.”

Disse que, sobre o Multiusos, o relatório da IGAT diz: “deslocação dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento da obra e o autor do projecto em articulação com os vereadores da oposição, sem o conhecimento da Câmara Municipal” e disse ainda “encontrando-se os trabalhos em conformidade com os mesmos, não se encontrando quaisquer irregularidades”.

O deputado Acácio Gonçalves disse que em dois meses a inspecção não foi assim tão aprofundada pois baseou-se na técnica de amostragem.

O deputado Nuno Pereira disse que a inspecção incidiu sobre os quatro anos em que ele foi o vereador responsável pelas obras particulares e, como tal, sobre o seu trabalho, mas errar é próprio de quem trabalha e de quem faz.

Disse que algumas anomalias apontadas pela IGAT foram anomalias praticadas para ajudar os jovens agricultores em concordância com a Câmara.

O deputado Paulo Pires disse que esta inspecção mostra a inexistência de processos ilegais mas também não conhece ninguém que fosse destituído por um processo de inspecção da IGAT.

Disse que a inspecção atesta um bom funcionamento, mas é uma apreciação política do comportamento do órgão e, apesar de não detectar ilegalidades, não vai justificar critérios funcionais, humanos e económicos, quer seja da contratação de pessoal, quer seja da rentabilidade humana ou económica de infra-estruturas ou das opções estratégicas tomadas e propôs que a próxima investigação nos dê resultados reais do desenvolvimento do concelho como a evolução do PIB, como a variação demográfica, ou seja, indicadores mais complexos para que se tenha a certeza que a gestão autárquica está a fazer um bom trabalho.

O Senhor Presidente da Câmara disse que se tentaram várias modalidades de denúncias e a denúncia feita à Direcção Geral de Finanças foi com papel timbrado da Presidência, roubado na Câmara, a denunciar uma série de empresários seus amigos e outras pessoas.

Disse que se juntasse as denúncias todas, toda a gente, com facilidade is saber quem as fez. Disse que só há uma conclusão a tirar, que embora a deputada Guilhermina Costa não tivesse lido o relatório da IGAT, conhecia bem as denúncias feitas e até o nome de Fernando Rodrigues.

Disse que à oposição nada lhe agrada e agora nem o relatório da IGAT lhe agrada. Decerto queria que apontasse irregularidades e que houvesse multas e comunicações para o Ministério Público. Como não há, está mal!

Disse que foram vistos todos os loteamentos, todas as denúncias anónimas e todos os processos de funcionários. O que foi visto por técnica de amostragem foram as obras e as empreitadas. Só o deputado Paulo Pires é que não conhece autarcas que perderam o mandato por inspecções da IGAT e disse ainda que tem um camarada amigo que apanhou cinco meses de prisão por um erro administrativo cometido para poder aproveitar os fundos comunitários. Nesta Câmara não aconteceu isso e a Inspeção não é nenhuma brincadeira.

Para o Dr. Paulo Pires a Inspeção não veio cá fazer nada. E disse que aqui na Câmara não fez nada, teria muito que fazer, por exemplo no Centro de Saúde. Até poderia começar por ver o horário dos médicos, a competência dos médicos, a sua dedicação profissional e, provavelmente, teria que fazer a começar pelo próprio Dr. Paulo Pires. E se assim fosse não haveria crianças na entrada a dizer que não queriam ir ao médico porque está lá o médico dos cavalos.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **6. Informação apresentada pelo membro da Assembleia Municipal Dr. Teixeira Gomes sobre “Como obter energia a partir de biomassa”.**

O deputado Teixeira Gomes informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril, Francisco Surreira e Paulo Cruz.

O deputado Luís Carril disse que este projecto, nos moldes que o deputado Teixeira Gomes explicou, é incomportável pois se estivermos a falar de produção de energia a partir de biomassa gasosa há muitos entraves como, por exemplo, a grande deslocação de gado que isso implicaria, a tradição que o agricultor tem em deitar os animais no estrume, etc.

Disse que se se estivesse a falar da limpeza da floresta ardida para produzir energia, a ideia era melhor, no entanto, se continuar a ser pensado como um projecto a nível local, não há capacidade.

Disse que o que poderia ser pensado é nas Etar's, aproveitar as biomassas e assim aproveitar recursos.

Salientou que em Vila Real a Câmara fez um investimento aproveitando a biomassa numa escola e instalaram 115 salamandras e aquecimento central.

Disse que a ideia do deputado Teixeira Gomes é excepcional, mas em termos de viabilidade fica muito aquém.

O deputado Francisco Surreira começou por dizer que no concelho de Montalegre existem 1123 explorações. Nestas explorações existem 12.940 bovinos. Com menos de 5 bovinos, existem 349 explorações, com menos de 10 existem 44 e apenas 14 explorações têm mais de 50 animais. Estas explorações situam-se em Salto, Tourém, Pitões e Covelães, o que significa que os custos seriam mais elevados pois teria de haver uma grande deslocação de chorume para a produção de biomassa.

Os agricultores utilizam o estrume dos seus animais para fertilização dos campos e assim os agricultores não vão abdicar de fertilizar os terrenos para produção de energia.

O deputado Paulo Cruz partilha da opinião do deputado Francisco Surreira pois tem que se estudar bem a viabilidade do projecto e felicitou o deputado Teixeira Gomes pois tudo o que diga respeito à preservação do ambiente é benvindo a este concelho.

Relembrou que o risco seria muito grande uma vez que há poucas vacas leiteiras no concelho e ainda se pratica a pastorícia e isto porque ainda há muitos subsídios comunitários pois quando estes acabarem vai-se verificar uma diminuição do gado.

Disse que era um erro se se colocasse a central de biomassa na Quinta da Veiga tendo em conta o projecto de recuperação da mesma para apoio aos agricultores e o centro cinegético e o centro de estudos não poderiam coabitar.

A Assembleia tomou conhecimento.

#### **7. Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A/ Relatório e contas relativos ao exercício económico de 2005.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

#### **8. RESAT- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A/ Relatório e Contas relativos ao exercício económico de 2005.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

#### **9. Conselho Municipal de Educação/ Proposta.**

A vereadora Fátima Fernandes informou a Assembleia.

**Deliberação:** aprovado por unanimidade, não podendo votar por incompatibilidade, os deputados Joaquim Pires, Manuel Duarte, João Soares e António Eduardo Santos.

### **PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

**O Presidente da Assembleia**

---

**O 1º Secretário**

---

**O 2º Secretário**

---